

# **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**MS Participações S.A.**

31 de dezembro de 2022

## **ÍNDICE**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
<b>Demonstrações contábeis auditadas</b>	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**MS Participações Societárias S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MS Participações Societárias S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2023

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

## MS PARTICIPAÇÕES S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	Notas	2022	2021	2022		2021	Notas	2022	2021	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		5	26	9.238	931	Fornecedores		1	1	6.149	7.245
Investimentos de curto prazo		34	429	34	6.563	Empréstimos e financiamentos	7	-	-	17.751	16.886
Contas a receber de clientes		-	-	8.020	7.981	Contas a pagar partes relacionadas		44	-	2.740	-
Cauções e depósitos vinculados	3	-	-	66	-	Conta de ressarcimento	6	-	-	29.049	32.006
Estoques		-	-	9.154	3.578	Passivo de arrendamento		-	-	685	503
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	3	2.368	1.742	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	4.223	29.328
Outros tributos a recuperar		6	6	1.916	148	Tributos a pagar		4	10	746	942
Conta de ressarcimento	6	-	-	-	300	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	238	-	238
Dividendos a receber		13.489	12.977	-	-	Outras obrigações		-	-	-	293
Outros ativos		-	467	713	497	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>49</b>	<b>249</b>	<b>61.343</b>	<b>87.441</b>
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>13.534</b>	<b>13.908</b>	<b>31.509</b>	<b>21.740</b>						
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Conta de ressarcimento	6	-	-	123	7.086	Empréstimos e financiamentos	7	-	-	156.434	171.866
Cauções e depósitos vinculados	3	-	-	169.617	126.412	Contas a pagar partes relacionadas		-	-	1.537	-
Tributos diferidos		13	3	1.241	3	Conta de ressarcimento	6	-	-	23.325	4.365
Outros ativos		-	-	1.542	1.543	Passivo de arrendamento		-	-	10.639	9.021
Investimentos em controladas	4	210.732	144.915	-	-	Provisões para processos judiciais e outros		-	-	430	204
Imobilizado, líquido	5	253	304	295.977	289.320	Provisão para desmobilização		-	-	26.213	24.725
Intangível, líquido		57	107	4.660	12.045	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		771	-	771	-
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>211.055</b>	<b>145.329</b>	<b>473.160</b>	<b>436.409</b>	Outras obrigações		-	-	208	1.539
						<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>771</b>	<b>-</b>	<b>219.557</b>	<b>211.720</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
						Capital social		180.713	143.460	180.713	143.460
						Reserva de lucros		43.056	15.528	43.056	15.528
						<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>223.769</b>	<b>158.988</b>	<b>223.769</b>	<b>158.988</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>224.589</b>	<b>159.237</b>	<b>504.669</b>	<b>458.149</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>224.589</b>	<b>159.237</b>	<b>504.669</b>	<b>458.149</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**MS PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	9	-	-	77.040	81.326
Custo de produção e operação de energia	10	(97)	(385)	(31.002)	(46.422)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>(97)</b>	<b>(385)</b>	<b>46.038</b>	<b>34.904</b>
Gerais e administrativas	11	(241)	(463)	(5.089)	(4.980)
Outras receitas e (despesas) operacionais		-	(565)	242	1.065
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(241)</b>	<b>(1.028)</b>	<b>(4.847)</b>	<b>(3.915)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(338)</b>	<b>(1.413)</b>	<b>41.191</b>	<b>30.989</b>
Resultado de equivalência patrimonial	4	28.356	14.647	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras		44	33	13.610	3.374
Despesas financeiras		(1)	(723)	(20.400)	(16.171)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	12	<b>43</b>	<b>(690)</b>	<b>(6.790)</b>	<b>(12.797)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>28.061</b>	<b>12.544</b>	<b>34.401</b>	<b>18.192</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(6.648)	(30.527)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	308	24.879
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	13	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.340)</b>	<b>(5.648)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>28.061</b>	<b>12.544</b>	<b>28.061</b>	<b>12.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## MS PARTICIPAÇÕES S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	28.061	12.544	28.061	12.544
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>28.061</b>	<b>12.544</b>	<b>28.061</b>	<b>12.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

---

**MS PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>142.770</b>	<b>1.106</b>	<b>2.116</b>	<b>-</b>	<b>145.992</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.544	12.544
Aumento de capital		690	-	-	-	690
Constituição da reserva Legal		-	627	-	(627)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	11.679	(11.679)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(238)	(238)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>143.460</b>	<b>1.733</b>	<b>13.795</b>	<b>-</b>	<b>158.988</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.061	28.061
Aumento de capital		37.253	-	-	-	37.253
Constituição da reserva Legal		-	1.403	-	(1.403)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	26.125	(26.125)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(533)	(533)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>180.713</b>	<b>3.136</b>	<b>39.920</b>	<b>-</b>	<b>223.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## MS PARTICIPAÇÕES S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Atividades operacionais:</b>					
Lucro líquido do exercício		28.061	12.544	28.061	12.544
<b>Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização	10	47	147	14.199	21.381
Juros sobre arrendamento	12	-	11	827	478
Encargos financeiros de dívidas	12	-	-	10.065	9.135
Baixa de ativo imobilizado	5	-	827	-	5.953
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	12	(46)	-	(137)	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	12	-	(26)	(12.841)	(2.606)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(28.356)	(13.943)	-	-
<b>Varição dos ativos e passivos operacionais</b>		<b>552</b>	<b>1.224</b>	<b>20.472</b>	<b>6.743</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(1)	(23.515)	(172)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	7	-	-	(7.746)	(6.607)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		384	(416)	6.441	(6.535)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	-	(827)	(503)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		57	13	248	279
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>699</b>	<b>380</b>	<b>35.247</b>	<b>40.090</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>					
Dividendos recebidos		-	-	-	(4.085)
Aquisições de ativo imobilizado	5	-	-	(14.346)	-
Aumento de capital em controladas	4	(37.973)	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(37.973)</b>	<b>-</b>	<b>(14.346)</b>	<b>(4.085)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>					
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	7	-	-	(16.886)	(15.882)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	(333)	(638)	(1.179)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	3	-	-	(32.323)	(109.165)
Aumento de capital social	8	37.253	-	37.253	-
Dividendos pagos		-	(111)	-	(111)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas (pelas) atividades de financiamentos</b>		<b>37.253</b>	<b>(444)</b>	<b>(12.594)</b>	<b>(126.337)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(21)</b>	<b>(64)</b>	<b>8.307</b>	<b>(90.332)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		26	90	931	91.263
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5</b>	<b>26</b>	<b>9.238</b>	<b>931</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MS Participações Societárias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia é a controladora integral da Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Bela Vista”), Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Embuaca”), Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Icarai”), Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Mar e Terra”).

Em 23 de dezembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. assinou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e suas controladas. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações da Companhia foi transferida e o controle assumido pela AES Brasil Operações S.A.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela The AES Corporation (“AES Corp”), sediada nos Estados Unidos da América.

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Eólica	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade aerogeradores	Capacidade instalada física MWn	Garantia física MWn
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	2014	13	27,3	11,8
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/2010	17/08/2045	35 anos	2014	13	27,3	11,1
Icarai	2º LER/2009	601/2010	01/07/2010	30/06/2045	35 anos	2014	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	2014	11	23,1	8,4
							<b>45</b>	<b>94,5</b>	<b>39,1</b>

### Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Eólica	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual	Prazo médio atualizado	Início	Fim	Índice de correção	Mês de reajuste
Bela Vista	2º LER/2009	CCEE	96.360	308,45	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Embuaca	2º LER/2009	CCEE	96.360	305,29	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Icarai	2º LER/2009	CCEE	61.320	305,31	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	308,47	jul/12	jun/32	IPCA	julho

### Relação de empreendimentos controlados

Eólica	Estado	Cidade
Bela Vista	Rio Grande do Norte	Areia Branca
Embuaca	Ceará	Trairi
Icarai	Ceará	Amontada
Mar e Terra	Rio Grande do Norte	Areia Branca

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 29 de maio de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas no montante de R\$29.833 (R\$65.701 negativo em 31 de dezembro de 2021), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

A Administração entende que o capital circulante líquido negativo da Companhia se deve principalmente aos contratos de empréstimos e financiamentos para a construção do Parque Eólico, devido as características dos valores de contas a receber do ativo circulante que possuem giro rápido de no máximo 2 meses sem histórico de inadimplência relevante, e em contrapartida há no passivo circulante 12 meses de parcela de principal dos financiamentos de longo prazo, adicionado ao não atingimento dos níveis de geração de energia contratados nos últimos anos.

A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que

resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## 3 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2022	2021
Garantias financeiras (i)	166.231	122.960
Outros (ii)	3.452	3.452
<b>Total</b>	<b>169.683</b>	<b>126.412</b>

- (i) As controladas detêm cauções e depósitos vinculados, em sua grande maioria referentes as contas reservas das dívidas. As aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$154.291 (R\$112.235 em 31 de dezembro de 2021) está aplicado em fundos, e R\$11.940 (R\$10.725 em 31 de dezembro de 2021) em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”). A rentabilidade média apurada foi de 96,8% (100,0% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de depósito interbancário (“CDI”).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as controladas possuem depósitos judiciais para litígios cíveis, relacionado a processos de servidão administrativa referente a implantação da linha de transmissão. A Companhia e suas controladas têm a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022
	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>14.641</b>
Adições	150.715
Atualização monetária	2.606
Baixas e resgates	(41.550)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>126.412</b>
Adições	118.397
Atualização monetária	10.948
Baixas e resgates	(86.074)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>169.683</b>
<b>Circulante</b>	<b>66</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>169.617</b>

## 4 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e

são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2022	2021
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	199.048	131.542
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - JOA	11.684	13.373
<b>Total</b>	<b>210.732</b>	<b>144.915</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2022
Bela Vista	53.915	(262)	11.569	14.152	(422)	78.952
Embuaca	28.351	-	9.427	2.232	(422)	39.588
Icaraí	26.397	(75)	9.014	4.159	(422)	39.073
Mar e Terra	36.252	(175)	7.963	9.502	(423)	53.119
<b>Total</b>	<b>144.915</b>	<b>(512)</b>	<b>37.973</b>	<b>30.045</b>	<b>(1.689)</b>	<b>210.732</b>

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2021
Bela Vista	47.588	(101)	490	6.520	(582)	53.915
Embuaca	28.729	-	-	36	(414)	28.351
Icaraí	22.125	(77)	200	4.436	(287)	26.397
Mar e Terra	32.083	(65)	-	4.640	(406)	36.252
<b>Total</b>	<b>130.525</b>	<b>(243)</b>	<b>690</b>	<b>15.632</b>	<b>(1.689)</b>	<b>144.915</b>

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2022 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Bela Vista	54.249.581	153.604	79.139	74.465	40.175	14.152
Embuaca	47.393.340	137.907	100.799	37.108	37.560	2.232
Icaraí	42.378.494	90.114	52.885	37.229	29.500	4.159
Mar e Terra	41.821.614	111.183	60.938	50.245	32.808	9.502
<b>Total</b>		<b>492.808</b>	<b>293.761</b>	<b>199.047</b>	<b>140.043</b>	<b>30.045</b>

## 5 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	Consolidado				
	2022				2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16% a 4,78%	70.628	(30.266)	40.362	47.872
Máquinas e equipamentos	4,03% a 5,2%	384.696	(164.002)	220.694	198.942
Veículos	14,29%	572	(583)	(11)	12
Móveis e utensílios	5,0% a 7,43%	819	(241)	578	199
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>456.715</b>	<b>(195.092)</b>	<b>261.623</b>	<b>247.025</b>
Imobilizado em curso (i)		24.170	-	24.170	33.692
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	13.328	(3.144)	10.184	8.603
<b>Total</b>		<b>494.213</b>	<b>(198.236)</b>	<b>295.977</b>	<b>289.320</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Consolidado					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para Desmantelamento	Juros capitalizados	Transferências (I) / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.745	-	-	(10.117)	70.628
Máquinas e equipamentos	327.042	-	23	57.631	384.696
Veículos	241	-	-	331	572
Móveis e utensílios	367	-	-	452	819
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>408.395</b>	-	<b>23</b>	<b>48.297</b>	<b>456.715</b>
Imobilizado em curso	33.692	14.346	-	(23.868)	24.170
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>442.087</b>	<b>14.346</b>	<b>23</b>	<b>24.429</b>	<b>480.885</b>
Direito de uso de terreno arrendado	10.891	2.437	-	-	13.328
<b>Subtotal</b>	<b>452.978</b>	<b>16.783</b>	<b>23</b>	<b>24.429</b>	<b>494.213</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(163.658)	(13.500)	(84)	(1.689)	(198.236)
<b>Total líquido</b>	<b>289.320</b>	<b>3.283</b>	<b>(61)</b>	<b>(1.689)</b>	<b>295.977</b>

Consolidado					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências / Reclassificações	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.745	-	-	-	80.745
Máquinas e equipamentos	345.831	1.008	(1.345)	(17.002)	327.042
Veículos	241	-	-	-	241
Móveis e utensílios	980	-	(8)	(605)	367
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>427.797</b>	<b>1.008</b>	<b>(1.353)</b>	<b>(17.607)</b>	<b>408.395</b>
Imobilizado em curso	16.398	5.002	(3.978)	17.606	33.692
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>444.195</b>	<b>6.010</b>	<b>(5.331)</b>	<b>(1)</b>	<b>442.087</b>
Direito de uso de terreno arrendado	12.263	193	(650)	-	10.891
<b>Subtotal</b>	<b>456.458</b>	<b>6.203</b>	<b>(5.981)</b>	<b>(1)</b>	<b>452.978</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(144.293)	(20.304)	880	59	(163.658)
<b>Total líquido</b>	<b>312.165</b>	<b>(14.101)</b>	<b>(5.101)</b>	<b>(1)</b>	<b>289.320</b>

(i) O valor de R\$5.124 refere-se a reclassificações de intangível para o imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de

suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>37.138</b>
Adição / reversão	7.386	-
Amortização	-	(767)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.386</b>	<b>36.371</b>
Adição / reversão	(7.263)	10.522
Atualização monetária	-	5.481
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>123</b>	<b>52.374</b>
<b>Circulante</b>	-	29.049
<b>Não circulante</b>	123	23.325

#### Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo passivo consolidado de R\$ 52.374 em 31 de dezembro de 2022 (R\$36.371 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao passivo de ressarcimento, cujo pagamento foi suspenso através do Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL. A suspensão impactou os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para analisar e regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando o cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares fotovoltaicos, considerando a energia não fornecida por *Constrained-off* das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) por disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva (“CER”).

Para as fontes eólicas, as reparações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de *c-off* serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo” referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

## 7 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Consolidado								
		2022								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Empréstimos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Bela Vista	BNB	2030	3.518	846	(359)	4.005	33.622	(2.839)	30.783	34.788
Bela Vista	BNDES	2029	1.929	44	(268)	1.705	11.411	(1.083)	10.328	12.033
Embuaca	BNB	2030	3.762	88	(428)	3.422	33.837	(3.097)	30.740	34.162
Embuaca	BNDES	2030	1.607	40	(202)	1.445	10.313	(941)	9.372	10.817
Icaraí	BNB	2031	1.765	61	(235)	1.591	24.546	(2.058)	22.488	24.079
Icaraí	BNDES	2029	1.671	37	(154)	1.554	9.746	(642)	9.104	10.658
Mar e Terra	BNB	2033	2.055	894	(324)	2.625	38.748	(3.574)	35.174	37.799
Mar e Terra	BNDES	2029	1.567	35	(198)	1.404	9.269	(824)	8.445	9.849
<b>Total da dívida</b>			<b>17.874</b>	<b>2.045</b>	<b>(2.168)</b>	<b>17.751</b>	<b>171.492</b>	<b>(15.058)</b>	<b>156.434</b>	<b>174.185</b>

		Consolidado								
		2021								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Empréstimos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Bela Vista	BNB	2030	3.234	919	(359)	3.794	37.141	(3.270)	33.871	37.665
Bela Vista	BNDES	2029	1.914	45	(266)	1.693	13.241	(1.265)	11.976	13.669
Embuaca	BNB	2030	3.542	96	(427)	3.211	37.603	(3.572)	34.031	37.242
Embuaca	BNDES	2030	1.595	41	(197)	1.439	11.833	(1.058)	10.775	12.214
Icaraí	BNB	2031	1.532	65	(235)	1.362	26.311	(2.331)	23.980	25.342
Icaraí	BNDES	2029	1.658	39	(152)	1.545	11.332	(745)	10.587	12.132
Mar e Terra	BNB	2033	1.833	934	(324)	2.443	40.803	(3.948)	36.855	39.298
Mar e Terra	BNDES	2029	1.555	40	(196)	1.399	10.756	(965)	9.791	11.190
<b>Total da dívida</b>			<b>16.863</b>	<b>2.179</b>	<b>(2.156)</b>	<b>16.886</b>	<b>189.020</b>	<b>(17.154)</b>	<b>171.866</b>	<b>188.752</b>

## 7.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

		Consolidado
		Empréstimos e financiamento
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>202.106</b>
Encargos financeiros		7.701
Pagamento de principal		(15.882)
Pagamento de encargos financeiros		(6.607)
Amortização custos de transação		1.434
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>188.752</b>
Encargos financeiros		7.981
Pagamento de principal		(16.886)
Pagamento de encargos financeiros		(7.746)
Amortização custos de transação		2.084
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>174.185</b>

## 7.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Eólica	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Bela Vista	BNB	54.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	34.788	Maio/2030	Construção do Parque Eólico Bela Vista
Bela Vista	BNDES	29.100	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	12.033	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico Bela Vista
Embuaca	BNB	59.700	01/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	34.162	Maio/2030	Construção do Parque Eólico Embuaca
Embuaca	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,76%	Mensal	Mensal	10.817	Maio/2030	Construção do Parque Eólico Embuaca
Icaraí	BNB	33.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	24.079	Maio/2031	Construção do Parque Eólico Icaraí
Icaraí	BNDES	25.400	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	10.658	Outubro/2029	Construção do Parque Eólico Icaraí
Mar e Terra	BNB	50.000	27/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	37.799	Maio/2033	Construção do Parque Eólico Mar e Terra
Mar e Terra	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,88%	Mensal	Mensal	9.849	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico Mar e Terra

### 7.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2024	18.888	(2.167)	16.721
2025	20.208	(2.167)	18.041
2026	21.532	(2.167)	19.365
2027	22.545	(2.167)	20.378
2028	23.607	(2.167)	21.440
2029 em diante	64.712	(4.223)	60.489
<b>Total</b>	<b>171.492</b>	<b>(15.058)</b>	<b>156.434</b>

### 7.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia e suas controladas mantiveram o acompanhamento dos seus índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$180.713 (R\$143.460 em 31 de dezembro de 2021), composto por 1.763.002.805 (142.770.000 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

#### Aumento de capital

Em 30 de junho de 2022 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$30.508. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de dezembro de 2022 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$6.745. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

### 8.2 Reservas de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo

com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, constituiu uma reserva de R\$1.403 (R\$627 em 31 de dezembro de 2021).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$26.125 (R\$11.679 em 31 de dezembro de 2021).

### **8.3 Destinação dos resultados**

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído dividendos mínimos de R\$533 (R\$238 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

## **9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### **(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

### **(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)**

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2022	2021
Contratos bilaterais	90.707	83.487
Ressarcimento de energia	(18.244)	3.960
Crédito de carbono	7.788	-
Outras receitas	3	328
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>80.254</b>	<b>87.775</b>
(-) PIS e COFINS	(3.214)	(6.449)
<b>Total</b>	<b>77.040</b>	<b>81.326</b>

## 10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2022	2021
<b>Custo de produção e operação de energia</b>		
Contratos bilaterais	-	(2.112)
Mercado de curto prazo	(21)	(17)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(7.009)	(7.080)
Taxa de fiscalização ANEEL	(353)	(409)
<b>Subtotal</b>	<b>(7.383)</b>	<b>(9.618)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Pessoal e administradores	-	(2.520)
Serviços de terceiros	(4.093)	(3.926)
Material	(3.014)	(6.533)
Depreciação e amortização	(14.199)	(21.966)
Seguros	(2.078)	(1.268)
Arrendamentos e aluguéis	(126)	(466)
Contribuições setoriais	(45)	(125)
Outros custos operacionais	(64)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(23.619)</b>	<b>(36.804)</b>
<b>Total</b>	<b>(31.002)</b>	<b>(46.422)</b>

## 11 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Material	-	(12)	-	(2.274)
Serviços de terceiros	(241)	(451)	(5.089)	(2.706)
<b>Total</b>	<b>(241)</b>	<b>(463)</b>	<b>(5.089)</b>	<b>(4.980)</b>

## 12 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendas de aplicações financeiras	46	35	12.978	3.416
Variações monetárias	-	-	243	87
Outras receitas financeiras	-	-	154	59
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(2)	(2)	119	(188)
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>33</b>	<b>13.494</b>	<b>3.374</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	-	-	(10.065)	(7.701)
Amortização de custos de transação	-	-	-	(1.438)
Tarifas e encargos bancários	(1)	(2)	(747)	(500)
Atualização ressarcimento	-	-	(5.481)	-
Atualização provisão desmobilização	-	-	(1.466)	(3.735)
Juros sobre arrendamento	-	(11)	(827)	(478)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	-	(1.689)	-
Outras despesas financeiras	-	(710)	(9)	(2.319)
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>(723)</b>	<b>(20.284)</b>	<b>(16.171)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>43</b>	<b>(690)</b>	<b>(6.790)</b>	<b>(12.797)</b>

### 13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, onde não apurou lucro tributável. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2022, diferentemente do regime de tributação do ano de 2021, onde o cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram realizados com base no regime de apuração pelo lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladas	
	2022	
	Imposto de Renda	Contribuição social
Receita operacional tributável	90.266	90.266
Aliquota lucro presumido operacional tributável	8%	12%
Receita operacional crédito carbono	7.787	7.788
Aliquota lucro presumido crédito carbono	32%	32%
<b>Receita presumida</b>	<b>9.713</b>	<b>13.324</b>
Outras receitas	12.136	12.336
<b>Base de cálculo</b>	<b>21.849</b>	<b>25.660</b>
Aliquota	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(3.278)	(2.292)
Adicional (10%)	(2.090)	-
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)	1.297	-
Outros ajustes	(202)	(83)
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(4.273)</b>	<b>(2.375)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferido</b>	<b>201</b>	<b>107</b>
<b>Total tributos no resultado</b>	<b>(4.072)</b>	<b>(2.268)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>18,64%</b>	<b>8,84%</b>

	Consolidado	
	2021	
	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>		
<b>Na rubrica de tributos:</b>		
Corrente	(21.534)	(8.993)
Diferidos	18.194	6.685
<b>Total</b>	<b>(3.340)</b>	<b>(2.308)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>		
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>18.192</b>	<b>18.192</b>
<b>Adições (exclusões):</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(4.745)	7.539
Atualização SELIC de créditos tributários	(87)	(87)
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(4.832)</b>	<b>7.452</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>13.360</b>	<b>25.644</b>
Aliquota nominal	15% + 10%	9%
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(3.340)</b>	<b>(2.308)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>18,4%</b>	<b>12,7%</b>

### 13.1 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas sem diferido constituído

	Consolidado
	2022
Prejuízos fiscais	11.392
Base negativa de contribuição social	11.392

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 14.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações

recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado 2022		Consolidado 2021		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>						
		260	260	431	431	Custo amortizado
		8.978	8.978	500	500	Valor justo por meio do resultado
		34	34	6.563	6.563	Valor justo por meio do resultado
		8.020	8.020	7.981	7.981	Custo amortizado
3	169.683	169.683	126.412	126.412		Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>186.975</b>	<b>186.975</b>	<b>141.887</b>	<b>141.887</b>		
<b>PASSIVO (circulante e não circulante)</b>						
		6.149	6.149	7.245	7.245	Custo amortizado
7	174.185	174.185	188.752	188.752		Custo amortizado
		4.277	4.277	-	-	Custo amortizado
		11.324	11.324	9.524	9.524	Custo amortizado
6	52.374	52.374	36.371	36.371		Custo amortizado
		771	771	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>249.080</b>	<b>249.080</b>	<b>241.892</b>	<b>241.892</b>		

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## 14.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Operações compromissadas)	8.978	500
Investimentos de curto prazo	34	6.563
Contas a receber de clientes	8.020	7.981
Cauções e depósitos vinculados	169.683	126.412
<b>Total</b>	<b>186.715</b>	<b>141.456</b>

### **(b.2) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	174.185	188.752
Caixa e equivalentes de caixa	(9.238)	(931)
Investimentos de curto prazo	(34)	(6.563)
Cauções (Garantias de financiamento)	(166.231)	(122.960)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(1.318)</b>	<b>58.298</b>
Patrimônio líquido	223.769	158.988
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>-0,59%</b>	<b>36,67%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 7.4.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	6.149	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.591	22.389	37.949	81.835	80.757
Passivo de arrendamento	166	519	739	3.583	6.317
Contas a pagar partes relacionadas	2.740	-	1.537	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	771	-	-
<b>Total</b>	<b>11.646</b>	<b>22.908</b>	<b>40.996</b>	<b>85.418</b>	<b>87.074</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o TJLP utilizado na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Operações compromissadas)	8.978
Cauções e depósitos vinculados	169.683
Empréstimos e financiamentos	(191.411)
Passivo de arrendamento	(11.324)
Conta de ressarcimento	(52.374)
<b>Total</b>	<b>(76.448)</b>

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável: a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das garantias de financiamento, empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Cauções (Garantias de financiamento)	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	166.231	11.270	16.906	22.541	28.176	33.811
<b>Impacto no resultado</b>			<b>11.270</b>	<b>16.906</b>	<b>22.541</b>	<b>28.176</b>	<b>33.811</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>11.270</b>	<b>16.906</b>	<b>22.541</b>	<b>28.176</b>	<b>33.811</b>

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			3,21%	4,81%	6,41%	8,01%	9,62%
BNDES - Bela Vista (TJLP + 1,66%)	TJLP	(13.384)	(659)	(877)	(1.094)	(1.312)	(1.531)
BNDES - Embuaca (TJLP + 1,76%)	TJLP	(11.960)	(601)	(796)	(991)	(1.185)	(1.381)
BNDES - Icarai (TJLP + 1,66%)	TJLP	(11.453)	(19.990)	(750)	(936)	(1.123)	(1.310)
BNDES - Mar e Terra (TJLP + 1,88%)	TJLP	(10.871)	(21.532)	(215)	(215)	(215)	(215)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(21.250)</b>	<b>(2.423)</b>	<b>(3.021)</b>	<b>(3.620)</b>	<b>(4.222)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(21.250)</b>	<b>(2.423)</b>	<b>(3.021)</b>	<b>(3.620)</b>	<b>(4.222)</b>

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), conforme detalhado na nota explicativa nº 7. No entanto, apenas a dívida junto ao BNDES possui incertezas com relação ao indexador, a dívida com o BNB é indexada com juros pré-fixados descartando com isso incertezas na execução futura do contrato.

Ressarcimento	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(52.374)	(1.372)	(2.053)	(2.739)	(3.425)	(4.111)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(1.372)</b>	<b>(2.053)</b>	<b>(2.739)</b>	<b>(3.425)</b>	<b>(4.111)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(1.372)</b>	<b>(2.053)</b>	<b>(2.739)</b>	<b>(3.425)</b>	<b>(4.111)</b>

## **(b.5) Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados foram integralmente acompanhados pela Administração da Companhia. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

## **(c) Outros riscos considerados relevantes**

### **(c.1) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

### **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

#### ***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

#### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.